



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 3F5BA67D
Proc 9947/2012

Folha:
Processo: 9947/2012
Rubrica: _____

PROCESSO Nº: 9.947/12

ORIGEM: Cidadão

ASSUNTO: Denúncia

EMENTA: Denúncias oferecidas por cidadãos acerca de possíveis irregularidades na contratação de pessoal no PROCON/DF. Juntada de cópia da Representação nº 16/2012-CF, formulada pela douta Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, noticiando suposta irregularidade no concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva para os cargos de Fiscal de Defesa do Consumidor, Analista e Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor, regido pelo Edital nº 1/2011-SEAP/PROCON. Decisão nº 71/12, conhecendo da inspeção realizada para apuração dos fatos e determinando a substituição dos comissionados no PROCON que não exerçam funções de direção, chefia ou assessoramento por candidatos aprovados no concurso público. Unidade Técnica sugere ao Tribunal considerar não cumprida a Decisão nº 71/12 e determinar ao Governador o atendimento dessa decisão. Decisão nº 6.673/12, considerando não cumprida a Decisão nº 71/121 e solicitando esclarecimentos ao Governador. Encaminhamento de ofício do MPDFT, informando sobre a Decisão nº 71/12. Instrução da Unidade Técnica sugerindo dispensar o Governador do cumprimento da Decisão nº 6.673/12. Aquiescência do MPJTCDF. Encaminhamento de documento pela Comissão dos Aprovados no concurso público, objetivando demonstrar o cumprimento parcial da Decisão nº 71/12, uma vez que os comissionados não foram exonerados. Nova instrução da Unidade Técnica, sugerindo ao Tribunal conhecer dos documentos encaminhados pelo MPDFT e Comissão dos Aprovados, manter a dispensa de manifestação do Governador, alertar o PROCON sobre a necessidade de respeitar o percentual de 50% dos cargos comissionados do órgão com servidores de cargo efetivo e de prover todas as vagas previstas em edital, durante o prazo de validade do concurso, e recomendar à Secretaria de Administração Pública a atualização de sua página eletrônica, relativamente a concursos. O MPJTCDF acolhe, em essência, as sugestões da Unidade Técnica, acrescentando opinião no sentido de que se continue não considerando cumprida a Decisão nº 71/12, reiterando-se os seus termos. Voto convergente, com o adendo sugerido pelo MPJTCDF, no sentido da reiteração da Decisão nº 71/12. Procedência das denúncias e da representação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 3F5BA67D
Proc 9947/2012

Folha:
Processo: 9947/2012
Rubrica: _____

Tratam os autos de denúncias oferecidas por cidadãos e da Representação nº 16/2012-CF, formulada pela douta Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, pertencente ao MPJTCDF, sobre possíveis irregularidades na admissão de pessoal no PROCON, decorrente do concurso público aberto pelo Edital nº 1/2011-SEAP/PROCON, consistentes na preterição da nomeação de candidatos concursados em razão do exercício das atribuições pertinentes por servidores ocupantes de cargos em comissão.

Por meio da Decisão nº 71/12, à fl. 133, o Tribunal decidiu:

“I - tomar conhecimento do resultado da inspeção realizada no Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal - Procon/DF, bem como dos documentos de fls. 26 a 37; II - determinar ao Procon/DF e à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania que, à vista do que dispõem o art. 37, inciso V, da Constituição Federal, o art. 19, inciso V, da LODF e o art. 5º da LC nº 840/11, providenciem, no prazo de 60 (sessenta) dias, a substituição dos ocupantes de cargo em comissão no Procon/DF que não exerçam funções de direção, chefia ou assessoramento por candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 1/11-SEAP/PROCON, publicado no DODF de 09.08.11; III - encaminhar cópia desta decisão ao MPDFT e aos denunciante; IV - levantar a chancela de sigilo dos autos; V - autorizar o retorno dos autos à Sefipe, para os devidos fins.” (sublinhado)

Na última assentada, o Tribunal, mediante a Decisão nº 6.673/12, à fl. 230, deliberou por:

“I – tomar conhecimento dos Ofícios de nºs: a) 315/2012-DG/IDC-PROCON-DF e anexos de folhas 145 a 157; b) 1883/2012-Gabinete e documentos de folhas 158 a 176; II – considerar insatisfatoriamente cumprida a Decisão nº 71/2012; III – encaminhar ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal cópia da instrução da Sefipe de fls. 209/219, bem como do Parecer 1.777/2012-CF (fl. 226 e 226-v), com o fim de melhor esclarecer-lhe a respeito da matéria tratada nos autos; IV – solicitar ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal que preste, no prazo de 30 (trinta) dias, os esclarecimentos que julgar necessários acerca das considerações externadas pela unidade técnica na instrução de fls. 209/219.” (sublinhado)

Na instrução de fls. 234/238, a Unidade Técnica ressaltou que não



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 3F5BA67D

Proc 9947/2012

Folha:

Processo: 9947/2012

Rubrica: _____

houve manifestação do Governador, conforme solicitado no item IV da Decisão nº 6.673/12, mas que, considerando: a) que foram nomeados 83 candidatos aprovados no concurso público, de um total de 200 vagas, indicando que a Decisão nº 71/12 está sendo cumprida, e b) que o MPDFT informou ao Tribunal sobre o cumprimento satisfatório da Decisão nº 71/12, sugeriu ao Tribunal conhecer do documento encaminhado pelo MPDFT e dispensar o Governador da manifestação determinada na Decisão nº 6.673/12.

O MPjTCDF, pelo Parecer nº 306/2013-CF, às fls. 242/243, enfatizando a informação remetida pelo MPDFT de que a Decisão nº 71/12 foi cumprida, aquiesceu ao entendimento da Unidade Técnica de fls. 234/238.

Em 16.05.13, entraram nesta Casa o documento e folhas anexas, às fls. 245/247 e 248/267, provenientes da Comissão dos Aprovados no concurso público do PROCON, contendo alegação de que a Decisão nº 71/12 ainda não fora cumprida no que se refere à exoneração dos nomeados.

A Unidade Técnica, em nova instrução, às fls. 268/279, diante da juntada daqueles documentos aos autos, apresenta as seguintes considerações:

“7. A documentação consiste de requerimento da Comissão dos Aprovados no 1º Concurso Público IDC/PROCON-DF e anexos (fls. 245/247), por meio do qual faz as seguintes ponderações:

a. Dos 83 candidatos nomeados, apenas 53 tomaram posse e entraram em exercício no PROCON.

b. Os servidores comissionados não vem sendo exonerados, o que demonstra descumprimento da Decisão nº 71/2012, deste TCDF. Segundo a Comissão, o atual número de comissionados (144) mantém-se estagnado (fls. 255/261).

c. Foi noticiado na mídia (fls. 248/249) que o governo pretende apenas nomear os 200 aprovados dentro das vagas no período de validade do concurso, mas não necessariamente empregar 200 aprovados.

d. Os atos de nomeação dos candidatos não admitidos não vem sendo tornados sem efeito, fato que caracterizaria ofensa à lisura no processo de contratação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 3F5BA67D

Proc 9947/2012

Folha:

Processo: 9947/2012

Rubrica: _____

e. Ao final, a Comissão requer que o Tribunal leve em consideração as informações acostadas aos autos que demonstrariam o descumprimento da Decisão nº 71/2012, que determinava não só a nomeação dos concursados, mas, concomitantemente, a exoneração de comissionados.

8. Conforme trazido pela requerente, os comissionados não foram exonerados, mantendo-se o mesmo o número identificado no ano passado (144 servidores), o que estaria violando a Decisão nº 71/2012, deste Tribunal, que determinou a substituição, por servidores concursados, dos ocupantes de cargo em comissão que não exercessem funções de direção, chefia ou assessoramento. O argumento do PROCON-DF, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF, para não dar cumprimento à deliberação em destaque reside na afirmação de que todos os cargos em comissão existentes no órgão constituem funções de direção, chefia ou assessoramento (fls. 146 e 158).

9. Os interessados acostaram cópia de expediente do Diretor-Geral do PROCON endereçado à Secretaria de Estado de Administração Pública e datado de 14.11.2012, que contém uma proposta de nomeação dos candidatos aprovados no concurso em foco, elaborada após consenso entre representantes daquela Pasta, do próprio PROCON e da SEJUS (fls. 262/267). Pela proposta, a nomeação ocorrerá em três etapas e objetiva possibilitar aos comissionados dedicarem-se exclusivamente às funções de direção, chefia ou assessoramento, mediante sua gradativa substituição pelos servidores concursados. Consta ainda do documento que os servidores comissionados do IDC/PROCON-DF que tiverem a realização de suas atividades absorvidas pelos servidores da Carreira em comento serão remanejados, conforme o caso, para as funções de direção, de chefia e assessoramento inerentes ao cargo de sua nomeação no IDC/PROCON-DF ou terão seus cargos extintos da estrutura do Instituto, os quais serão recriados na estrutura da SEJUS para atendimento às necessidades da Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência em face do Programa Pró-Vítima (fl. 263).

10. Em suma, temos a indignação de candidatos contra o excesso de cargos comissionados no PROCON, cujos ocupantes estariam supostamente bloqueando as vagas a eles destinadas via concurso. Nessa linha, clamam por suas nomeações nos cargos efetivos, até que as 200 vagas disponibilizadas no edital normativo sejam efetivamente providas, com a posse e exercício dos candidatos.

11. Conforme comentado no parágrafo oitavo, embora não



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 3F5BA67D

Proc 9947/2012

Folha:

Processo: 9947/2012

Rubrica: _____

pareça crível, há nos autos informações oficiais do PROCON e da SEJUS de que os 144 cargos comissionados da autarquia destinam-se a funções de direção, chefia ou assessoramento, sendo que parte deles será remanejada para a SEJUS tão logo ocorram novas nomeações de servidores efetivos na entidade.

12. *A Lei local nº 4858/12 regulamentou, no Poder Executivo, o art. 19, V, da LODF, estabelecendo, no art. 2º, que pelo menos cinquenta por cento do total de cargos em comissão, incluídos os cargos de natureza especial, da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, devem ser exercidos por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo. O § 3º desse dispositivo dispõe que a apuração dos cinquenta por cento de cargos em comissão de que trata este artigo é feita em relação ao total de cargos em comissão da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e é alvo de questionamento no bojo da ADIn nº 2012.00.2.016845-4. Em recente decisão de 25.6.2013, o TJDFT julgou a ADIn procedente para declarar a inconstitucionalidade do § 3º do art. 2º da Lei Distrital nº 4858/12, com efeitos ex-tunc e eficácia erga omnes.*

13. *Embora ainda não tenha o caráter de definitividade, a decisão judicial em comento resguarda a servidores efetivos o provimento de pelo menos cinquenta por cento dos cargos em comissão da administração direta, autárquica e fundacional do Executivo local, afastada a apuração dessa metade em relação à totalidade de cargos comissionados.*

14. *Consta da página eletrônica da SEAP/DF que o número de nomeações levantado na última instrução dos autos mantém-se o mesmo (83 candidatos). Contudo, por meio de acompanhamento de rotina realizado nesta unidade técnica, verificamos que os DODF's de 9.5.2013 e 26.6.2013 publicaram novas nomeações, totalizando, até o momento, 116 nomeações, de sorte que atualizaremos, abaixo, a tabela elaborada às fls. 235/236:*

[...]

15. *Infere-se dos dados juntados aos autos que há, na estrutura do PROCON, 144 servidores comissionados, dos quais 16 do quadro da autarquia (fl. 246), e 116 servidores efetivos. Ainda que o percentual estabelecido pela Lei nº 4858/12 esteja sendo observado, poderia o Tribunal alertar aquela autarquia acerca da imperatividade do caput do art. 2º da norma, bem como da recente declaração de*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 3F5BA67D

Proc 9947/2012

Folha:

Processo: 9947/2012

Rubrica: _____

inconstitucionalidade do § 3º do art. 2º da lei.

16. *Importa comentar que os periódicos citados no parágrafo quatorze também tornaram sem efeito inúmeras nomeações de candidatos que não tomaram posse, de forma que se encontra sanada a irregularidade levantada pela comissão requerente no item 7 de fl. 246 e resumida no parágrafo sétimo, letra d, da presente instrução.*

17. *No intuito de evitar a consulta a informações desatualizadas, sugerimos à Corte que recomende à SEAP/DF a atualização dos dados constantes de sua página eletrônica, especificamente na aba “Administração Pública – Concursos”, eis que esta Divisão tem se deparado com editais faltantes e também com a não alimentação de novas admissões em tempo hábil, o que compromete a confiabilidade da consulta àquele sítio.*

18. *Conforme noticiado pela comissão requerente, o PROCON-DF pretende nomear 200 candidatos aprovados no concurso, atingindo, assim, o número de vagas disponibilizado em edital, cujo prazo de validade expira em 2.3.2014 (primeiro biênio, que pode ser prorrogado por mais dois anos).*

19. *A Lei Complementar nº 840/11 assegurou aos candidatos aprovados em concurso público, dentro do número de vagas ofertado em edital, o direito à nomeação no cargo para o qual concorreram, a teor do art. 14, § 2º. Restou consolidada em norma a jurisprudência que já era pacífica nessa linha.*

20. *Indo além, a jurisprudência caminha para assegurar o direito à nomeação dos candidatos aprovados dentro do cadastro de reserva, quando verificada a existência de cargos vagos no órgão que realizou o certame. Vejamos as seguintes decisões do Superior Tribunal de Justiça:*

[...]

21. *A teor do quanto informado pela comissão requerente, apenas 53 candidatos, dos 83 nomeados, tomaram posse e encontram-se em exercício no PROCON-DF (dados ainda não atualizados, em virtude de recentes nomeações). Considerando que ainda flui normalmente o primeiro período de vigência do prazo de validade do certame e considerando as novas nomeações efetuadas pelo órgão, posteriores ao requerimento, caberia ao Tribunal apenas alertar aquela autarquia acerca*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 3F5BA67D
Proc 9947/2012

Folha:
Processo: 9947/2012
Rubrica: _____

da necessidade de efetivamente prover todas as vagas previstas em edital, durante o prazo de validade do certame.

22. *Nesse contexto, vale citar a Decisão TCDF nº 2503, de 6.6.2013, proferida no bojo do Processo nº 7600/12, que tratou de pedido de interveniência da Corte para nomeação de candidatos aprovados no concurso público para o cargo de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas, especialidade Controle Ambiental, in verbis:*

II - dar conhecimento à Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal que os candidatos aprovados dentro do cadastro de reserva, ainda que fora do número de vagas inicialmente previstas no edital do concurso público para o cargo de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas, especialidade: Controle Ambiental, regulado pelo Edital nº 1/2010-SEPLAG, publicado no DODF 06.12.2010, cujo resultado final foi homologado no dia 10.02.2012, têm direito à nomeação, até completar o quantitativo de cargos de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas na especialidade Controle Ambiental existentes na estrutura do GDF, observadas a legislação regente, especialmente quanto aos limites de pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, e a novel jurisprudência do STJ;

23. *O decisor teve por base a jurisprudência do STJ ora colacionada aos autos, que assegura direito líquido e certo à nomeação dos candidatos aprovados e classificados inclusive dentro do cadastro de reserva, no caso de surgirem vagas dentro do prazo de validade do certame. Vale lembrar que essa regra pode ser excepcionada caso a despesa total com pessoal esbarre no limite prudencial de dispêndios com folha de pessoal, a teor do disposto no art. 22, parágrafo único, inciso IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal.*

24. *Por fim, ratificamos as sugestões lançadas na pretérita instrução desta DIADM e ainda não analisadas pela Corte, conforme disposto nos itens I a III de fl. 237, ocasião em que apenas atualizamos para 116 o número de 83 nomeações ali inserto."*

Enfim, o Corpo Técnico sugere ao eg. Plenário conhecer dos documentos encaminhados pelo MPDFT e Comissão dos Aprovados, manter a dispensa de manifestação do Governador, alertar o PROCON sobre a necessidade de respeitar o percentual de 50% dos cargos comissionados do órgão com



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 3F5BA67D
Proc 9947/2012

Folha:
Processo: 9947/2012
Rubrica: _____

servidores de cargo efetivo e de prover todas as vagas previstas em edital, durante o prazo de validade do concurso, e recomendar à Secretaria de Administração Pública a atualização de sua página eletrônica, relativamente a concursos.

O MPjTCDF, mediante o Parecer nº 864/2013-CF, à fl. 281, concorda, em essência, com as sugestões da Unidade Técnica, acrescentando opinião no sentido de que se continue não considerando cumprida a Decisão nº 71/12, reiterando-se os seus termos.

É o relatório.

DIGITALIZADO



VOTO

Cuidam os autos de denúncias oferecidas por cidadãos e da Representação nº 16/2012-CF, formulada pela douta Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, pertencente ao MPJTCDF, sobre possíveis irregularidades na admissão de pessoal no PROCON, decorrente do concurso público aberto pelo Edital nº 1/2011-SEAP/PROCON, consistentes na preterição da nomeação de candidatos concursados em razão do exercício das atribuições pertinentes por servidores ocupantes de cargos em comissão.

Nesta fase processual, examino o atendimento da diligência determinada pelo Tribunal na Decisão nº 6.673/12, bem como o Ofício nº 1101/2012-5ªPRODEP, remetido pelo MPDFT, e o documento e folhas anexas, às fls. 245/247 e 248/267, encaminhados pela Comissão dos Aprovados no concurso público do PROCON.

Por meio da Decisão nº 6.673/12, o Tribunal deliberou por:

“I – tomar conhecimento dos Ofícios de nºs: a) 315/2012-DG/IDC-PROCON-DF e anexos de folhas 145 a 157; b) 1883/2012-Gabinete e documentos de folhas 158 a 176; II – considerar insatisfatoriamente cumprida a Decisão nº 71/2012; III – encaminhar ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal cópia da instrução da Sefipe de fls. 209/219, bem como do Parecer 1.777/2012-CF (fl. 226 e 226-v), com o fim de melhor esclarecer-lhe a respeito da matéria tratada nos autos; IV – solicitar ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal que preste, no prazo de 30 (trinta) dias, os esclarecimentos que julgar necessários acerca das considerações externadas pela unidade técnica na instrução de fls. 209/219.” (sublinhado)

O Ofício nº 1101/2012-5ªPRODEP, remetido pelo MPDFT ao Tribunal, tem por objetivo “... *informar sobre o cumprimento da Decisão nº 71/2012 pelo PROCON.*”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 3F5BA67D
Proc 9947/2012

Folha:
Processo: 9947/2012
Rubrica: _____

A Comissão dos Aprovados relatou o seguinte, em síntese:

- a) dos 83 candidatos nomeados, apenas 53 tomaram posse e entraram em exercício no PROCON;
- b) os servidores comissionados não vêm sendo exonerados, mantendo-se o número identificado anteriormente (144), mas apenas estão sendo nomeados os concursados, o que demonstra descumprimento da Decisão nº 71/12;
- c) foi noticiado na mídia que o governo pretende apenas nomear os 200 aprovados dentro das vagas no período de validade do concurso, mas não necessariamente empossar 200 aprovados;
- d) os atos de nomeação dos candidatos não admitidos não vêm sendo tornados sem efeito, fato que caracterizaria ofensa à lisura no processo de contratação.

A Unidade Técnica, na análise de sua competência, apresentou as considerações que se seguem, em resumo:

- a) segundo o PROCON e a Secretaria de Justiça, às fls. 145/147 e 158/159, todos os cargos comissionados existentes no órgão constituem funções de direção, chefia ou assessoramento;
- b) foi elaborada uma proposta consensual entre o PROCON, a Secretaria de Administração Pública e a Secretaria de Justiça, de que a nomeação dos candidatos aprovados no concurso ocorra em três etapas;
- c) com o caput do art. 2º da Lei local nº 4.858/12, que regulamentou, no Poder Executivo, o art. 19, inciso V, da LODF, ficou estabelecido que pelo menos 50% dos cargos comissionados do órgão devem ser ocupados por servidores efetivos, sendo declarada pelo TJDFT a inconstitucionalidade do § 3º do art. 2º da mesma lei, por dispor que a apuração daqueles 50% é em relação ao total de cargos comissionados da Administração, o que resguarda, por ora, porquanto passível de recurso a decisão do TJDFT, aos servidores efetivos o provimento de pelo menos 50% dos cargos comissionados do órgão;
- d) pelos DODF's de 09.05.13 e 26.06.13, foram publicadas novas nomeações, elevando o número de 83 para 116, bem como foram anuladas diversas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 3F5BA67D

Proc 9947/2012

Folha:

Processo: 9947/2012

Rubrica: _____

nomeações de candidatos que não tomaram posse;

e) os dados sobre concursos, constantes da página eletrônica da Secretaria de Administração Pública, encontram-se desatualizados;

f) a LC nº 840/11, em seu art. 14, § 2º, assegurou aos candidatos aprovados em concurso público, dentro do número de vagas do edital, o direito à nomeação no cargo para o qual concorreram, consolidando a jurisprudência que já era pacífica nessa linha;

g) também, a jurisprudência extraída do STJ caminha para assegurar o direito à nomeação dos candidatos aprovados dentro do cadastro reserva no caso de surgimento de novas vagas dentro do prazo de validade do concurso, observado o limite de gasto de pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal;

h) faz-se preciso alertar o PROCON acerca da necessidade de efetivamente prover todas as vagas previstas em edital, durante o prazo de validade do certame.

Finalmente, o Corpo Técnico sugeriu ao eg. Plenário conhecer dos documentos encaminhados pelo MPDFT e Comissão dos Aprovados, dispensar o Sr. Governador da manifestação exigida na Decisão nº 6.673/12, em face da nomeação de 116 (cento e dezesseis) candidatos aprovados no concurso, alertar o PROCON sobre a necessidade de respeitar o percentual de 50% dos cargos comissionados do órgão com servidores de cargo efetivo e de prover todas as vagas previstas em edital, durante o prazo de validade do concurso, e recomendar à Secretaria de Administração Pública a atualização de sua página eletrônica, relativamente a concursos.

O MPJTCDF acolheu, em essência, a manifestação da Unidade Técnica, acrescentando opinião no sentido de que se continue não considerando cumprida a Decisão nº 71/12, reiterando-se os seus termos.

Assiste razão à Unidade Técnica e ao MPJTCDF, e, em parte, à Comissão dos Aprovados.

De fato, mostram-se pertinentes e consonantes com a legislação



vigente, podendo ser acolhidas, as questões apontadas pela Unidade Técnica, que não tiveram oposição do MPJTCDF, concernentes: a) à aplicação do percentual de 50% dos cargos comissionados do órgão por servidores efetivos, conforme o art. 2º da Lei local nº 4.858/12, b) à informação ao PROCON sobre a inconstitucionalidade do § 3º do art. 2º dessa mesma lei, declarada pelo TJDF, c) à pertinente atualização dos dados sobre concursos, constantes da página eletrônica da Secretaria de Administração Pública, d) à necessidade de efetivamente prover todas as vagas previstas em edital, durante o prazo de validade do certame, e e) à dispensa de manifestação do Sr. Governador relativamente ao cumprimento da Decisão nº 6.673/12, em face da já nomeação de 116 candidatos aprovados no concurso.

Da mesma forma, realmente, conforme apontado pelo MPJTCDF e a Comissão dos Aprovados, a Decisão nº 71/12¹ merece ser reiterada aos jurisdicionados. Primeiro porque, pela Decisão nº 6.673/12, ela não foi considerada satisfatoriamente cumprida. Segundo porque, pelas informações constantes da proposta elaborada em conjunto pelo PROCON, Secretaria de Justiça e Secretaria de Administração Pública, datada de 14.11.12, às fls. 262/263, com vistas à nomeação dos candidatos aprovados, parcialmente transcritas a seguir, os ocupantes de cargos comissionados no PROCON ainda não estão exercendo exclusivamente funções de direção, chefia ou assessoramento, não tendo sido, por ora, substituídos por candidatos aprovados, mesmo após a nomeação de 116 candidatos aprovados no concurso:

- a nomeação de todos os aprovados “... *objetiva possibilitar aos comissionados dedicarem-se exclusivamente às funções de direção, chefia ou assessoramento, mediante sua gradativa substituição pelos servidores concursados*”;

¹ “[...] II - determinar ao Procon/DF e à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania que, à vista do que dispõem o art. 37, inciso V, da Constituição Federal, o art. 19, inciso V, da LODF e o art. 5º da LC nº 840/11, providenciem, no prazo de 60 (sessenta) dias, a substituição dos ocupantes de cargo em comissão no Procon/DF que não exerçam funções de direção, chefia ou assessoramento por candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 1/11-SEAP/PROCON, publicado no DODF de 09.08.11; [...]”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 3F5BA67D

Proc 9947/2012

Folha:

Processo: 9947/2012

Rubrica: _____

- *“os servidores comissionados do IDC/PROCON-DF que tiverem a realização de suas atividades absorvidas pelos servidores da Carreira em comento serão remanejados, conforme o caso, para as funções de direção, de chefia e assessoramento inerentes ao cargo de sua nomeação no IDC/PROCON-DF ou terão seus cargos extintos da estrutura do Instituto, os quais serão recriados na estrutura da SEJUS para atendimento às necessidades da Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência em face do Programa Pró-Vítima”.*

Há duas outras informações nos autos, da Secretaria de Justiça e do PROCON, de 07.11.12 e de 12.11.12, às fls. 145/147 e 158/159, de que os 144 cargos comissionados do PROCON destinam-se a funções de direção, chefia ou assessoramento, o que sanariam a irregularidade determinada corrigir na Decisão nº 71/12.

Todavia, entre uma e outra afirmativa (todos os ocupantes de cargos comissionados no PROCON exercem funções de direção, chefia ou assessoramento e a nomeação dos candidatos aprovados no concurso possibilitará aos comissionados exercerem somente funções de direção, chefia ou assessoramento), tenho como mais acertada a mais recente, assinada em 14.11.12, consistente na proposta de nomeação dos candidatos, que resultou de reunião conjunta do PROCON, Secretaria de Justiça e Secretaria de Administração Pública, no sentido de que os ocupantes de cargos comissionados no PROCON não exercem exclusivamente funções de direção, chefia ou assessoramento, nem foram, ainda, substituídos por candidatos aprovados, mesmo após a nomeação de 116 candidatos aprovados no concurso.

A nomeação apenas dos candidatos aprovados no concurso sem a consequente substituição dos ocupantes de cargos comissionados que não exercem funções de direção, chefia ou assessoramento, como se é possível verificar, pela não alteração do número de cargos comissionados no PROCON (144), não garante o atendimento pleno do determinado no item II da Decisão nº 71/12.

Logo, a Decisão nº 71/12 permanece, pelo menos por enquanto, não



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 3F5BA67D
Proc 9947/2012

Folha:
Processo: 9947/2012
Rubrica: _____

atendida, devendo ser reiterada aos jurisdicionados.

Com isso, conclui-se que o Ofício nº 1101/2012-5ª PRODEP, remetido pelo MPDFT ao Tribunal, à fl. 233, procurou, na verdade, saber informações da Decisão nº 71/12, e não informar que foi atendida.

No que se refere ao outro ponto suscitado pela Comissão dos Aprovados, referente à notícia divulgada na mídia de que o GDF, às fls. 248/249, pretende apenas nomear e não empossar os 200 candidatos aprovados no concurso, tenho que a cópia da matéria jornalística acostada aos autos pela mesma comissão não permite concluir que o GDF não vá preencher as 200 vagas do concurso. Pelo contrário, a matéria mostra a vontade do governo em melhorar a fiscalização dos serviços prestados por empresas, em prol dos consumidores, o que somente pode ser possível contando com os aprovados no concurso público para o PROCON. Não convém, igualmente, como justificativa para a assertiva da notícia o fato de que estaria em contradição com a já citada proposta de nomeação, envolvendo o PROCON e as Secretarias de Justiça e de Administração Pública, uma vez que a matéria publicada é apenas um indicativo obtido pelo jornalista daquilo que o governo pretende fazer, possuindo mais efeito, portanto, o disposto naquela proposta, assinada conjuntamente pelos três órgãos interessados.

Quanto à alegação da comissão, acerca da não anulação, pelo GDF, das nomeações dos candidatos que não tomaram posse, tenho que procede em parte, em face da informação da Unidade Técnica, às fls. 273/274 (§ 16), de que foram tornadas sem efeito algumas nomeações, e não todas, de candidatos que não tomaram posse, fazendo-se preciso, assim, orientar o PROCON acerca da necessidade de anular as nomeações dos candidatos que não tomaram posse.

Diante do exposto, acompanhando os termos da instrução e do parecer ministerial, VOTO, com adendo, no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento:

a) do Ofício nº 1101/2012 – 5ª PRODEP, encaminhado pelo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 3F5BA67D

Proc 9947/2012

Folha:

Processo: 9947/2012

Rubrica: _____

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

- b) do requerimento interposto pela Comissão dos Aprovados no 1º Concurso Público IDC/PROCON-DF e anexos (fls. 245/267;

II – considere procedentes as denúncias e a representação objeto destes autos;

III – dispense o Excelentíssimo Sr. Governador do Distrito Federal do cumprimento da Decisão nº 6.673/12, em face da nomeação de 116 (cento e dezesseis) candidatos aprovados no concurso público objeto do Edital nº 1/2011-SEAP/PROCON;

IV – reitere ao PROCON e à Secretaria de Justiça, para cumprimento, no menor tempo possível, ou até no máximo o preenchimento das 200 vagas do concurso, a determinação contida no item II da Decisão nº 71/12, tendo em vista que ainda há no PROCON, pelas informações constantes dos autos, servidores ocupantes de cargos comissionados que não exercem funções de direção, chefia ou assessoramento e que não foram substituídos por candidatos aprovados no concurso, o que será objeto de verificação em auditoria;

V – determine à Secretaria de Estado de Administração Pública do DF que informe, no prazo de 60 dias, as medidas adotadas com vistas a propiciar o atendimento, pelo PROCON e a Secretaria de Justiça, da determinação contida no item II da Decisão nº 71/12 (*“... substituição dos ocupantes de cargo em comissão no Procon/DF que não exerçam funções de direção, chefia ou assessoramento por candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 1/11-SEAP/PROCON, publicado no DODF de 09.08.11”*);

VI – oriente o PROCON acerca:

- a) do disposto no caput do art. 2º da Lei local nº 4.858/12, bem como da recente declaração de inconstitucionalidade do § 3º do art. 2º daquela norma, feita no bojo da ADIn nº 2012.00.2.016845-4;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 3F5BA67D

Proc 9947/2012

Folha:

Processo: 9947/2012

Rubrica: _____

b) da necessidade de efetivamente prover todas as vagas previstas em edital, durante a vigência do prazo de validade do certame, de acordo com a legislação (art. 14, § 2º, da LC nº 841/11) e a jurisprudência vigentes, lembrando que, para tanto, é imperiosa, à luz do disposto no § 5º do art. 17 da LC nº 840/11, a anulação da nomeação dos candidatos que não tomaram posse;

VII – recomende à Secretaria de Estado de Administração Pública do DF a atualização dos dados constantes de sua página eletrônica, especificamente na aba “Administração Pública – Concursos”, eis que não disponibiliza todos os editais relativos aos concursos públicos ali especificados, não tendo sido alimentadas novas admissões em tempo hábil, o que compromete a confiabilidade da consulta àquele sítio;

VIII – dê conhecimento desta decisão à representante do MPJTCDF, signatária da Representação nº 16/2012-CF, ao Sr. Promotor de Justiça do MPDFT, que encaminhou o ofício de fl. 233, e à Comissão dos Aprovados no concurso público do PROCON, que enviou o documento de fls. 245/247;

IX – autorize o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.

Brasília, em de de 2013.

MANOEL DE ANDRADE
Relator